

Organizado em conjunto pela Anbima e pela B3, o Congresso Brasileiro de Mercado de Capitais 2018, debateu, entre outros temas, o incentivo à formação de poupança e o financiamento de longo prazo. Realizado em São Paulo nos dias 3 e 4 de setembro, o evento contou com apoio institucional da Abrapp, que foi representada pelo Superintendente Geral, Devanir Silva. “O objetivo do evento foi discutir o fomento ao mercado de capitais, com ampliação da liquidez, diversificação da base de investidores e aumento da formação de poupança de longo prazo. Por isso, está em linha com o que a Abrapp defende em nosso regime de previdência complementar fechada”, disse Devanir.

O painel de abertura contou com a participação do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que trouxe três condições necessárias a serem consideradas para voltarmos à rota de crescimento: o teto de gastos, a reforma da previdência e a reforma tributária. “Temos que enfrentar a questão central, que é a da despesa. Não há alternativa que não tornar a despesa declinante e o teto é um mecanismo importante desse ajuste”.

A sessão de abertura contou ainda com a participação da Secretária Executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, do Diretor de Política Monetária do Banco Central, Reinaldo Le Grazie, do Presidente da CVM, Marcelo Barbosa. Entre outros temas, o Presidente da CVM defendeu a ampliação do processo de consultas públicas pelo órgão, que além de receber sugestões do mercado, também serve por si mesmo, como instrumento de educação dos agentes. E deu como exemplo, a minuta de uma instrução normativa da CVM sobre o processo sancionador do mercado capitais que será colocada em audiência pública nos próximos dias.

Entidades fechadas - A maior presença das entidades fechadas no mercado de capitais tende a ser intensificada pelo cenário macroeconômico. Roberto Ejnisman, do Bradesco BBI, comentou que, até pouco tempo atrás, a maioria delas focava suas carteiras em títulos públicos. “Com a queda da taxa de juros, eles terão que procurar outras formas de remunerar seu capital como o mercado corporativo, o que será necessariamente um grande incentivo ao financiamento de longo prazo”, explicou. É preciso, no entanto, flexibilizar algumas restrições, como possibilitar a aquisição de emissões realizadas por SPEs (Sociedades de Propósito Específico).

Nos últimos cinco anos, do total dos investimentos em infraestrutura, entre 60% e 70% vieram de fontes de financiamento que, no passado, eram quase que 100% representadas pelo BNDES. Em 2017, o mercado de capitais respondeu por 14% do total. “Está muito aquém do necessário, mas está avançando”, disse Cristiano Cury, do BTG Pactual. Grande parte dessas emissões deveriam ficar com investidores institucionais como entidades fechadas. O presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, trouxe números recentes para comentar a transformação que já está ocorrendo no mercado. “Nos primeiros seis meses desse ano, o BNDES desembolsou R\$ 11 bilhões e tivemos R\$ 10,7 bilhões de debêntures. Estamos meio a meio” afirmou.

Sustentabilidade - As mudanças climáticas alteram a matriz de riscos das organizações e isso deve ser observado de perto pelas empresas e pelos investidores na hora de avaliarem seus negócios. “Precisamos estar preparados para uma economia de baixo carbono, minimizando riscos físicos e de transição”, afirmou Denise Pavarina, em painel realizado nesta terça, 4 de setembro.

Ajuste fiscal - Além de manter a inflação baixa e o câmbio flutuante, o país precisa enfrentar o ajuste das contas do governo, apontou Pedro Malan, ex-Ministro da Fazenda, em sua apresentação, realizada nesta terça. “É fundamental equacionar o nosso problema fiscal. Manter as finanças públicas em ordem não é um objetivo em si mesmo. É uma condição indispensável para que o país possa tratar de outros objetivos mais importantes do desenvolvimento econômico e social”, afirmou Malan.

Fonte: Acontece Abrapp, em 05.09.2018.

